



# PROCIV

BOLETIM BIMESTRAL DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL / N.º92 / SETEMBRO/OUTUBRO 2016 / ISSN 1646-9542

## Incêndios Madeira Intervenção da Força Conjunta

# 92

**SETEMBRO /  
OUTUBRO 2016**

Distribuição gratuita.  
Para receber o boletim PROCIV  
em formato digital inscreva-se em:  
[www.prociv.pt](http://www.prociv.pt)

# Uma verdadeira missão de proteção civil, que nos deve orgulhar

Este mês que termina, mês de agosto, foram os incêndios florestais que nos “impuseram” a escolha do alinhamento que propomos. Não por ser momento de balanços, mas porque de facto ocuparam muita da nossa atenção, exigiram unir esforços e colocaram à prova a nossa capacidade de superação, na difícil gestão que foi a missão do socorro às populações afetadas e a proteção dos seus bens, bem como a proteção dos ecossistemas e dos territórios. E sou testemunha do esforço coletivo de toda uma organização, dos seus funcionários e dirigentes, dos vários departamentos da ANPC, da sua estrutura operacional, nesse esforço de ação.

Mas aqui não se fala simplesmente de incêndios florestais, mas de um exemplo de esforço nacional, que se refletiu na projeção de uma Força Operacional Conjunta (FOCON) de apoio à Região Autónoma da Madeira, e que é expressão da solidariedade e da integração de capacidades e competências que suportam qualquer sistema de proteção civil.

Registo a forma como foi interpretada por todos os homens e mulheres que compunham esta Força - Corpos de Bombeiros Voluntários, Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da GNR, Regimento de Sapadores Bombeiros, INEM, e elementos da ANPC, da sua estrutura operacional, incluindo da Força Especial de Bombeiros e da Divisão de Informática e Comunicações, a Missão que lhe foi cometida; saúdo o seu sentido de colaboração e a forma imediata como disseram “presente”; saúdo o empenho e a disponibilidade da Força Aérea Portuguesa que conseguiram em tempo recorde assegurar uma ponte aérea para a projeção e depois para a retração da FOCON; saúdo a forma como fomos recebidos pelas autoridades madeirenses; saúdo os operacionais da Madeira e também dos Açores com quem trabalhamos em conjunto; saúdo o nosso Comando Nacional, que não só organizou a missão, mas também a liderou, através do seu 2º Comandante Operacional Nacional.

Esta foi uma verdadeira missão de proteção civil, que nos deve orgulhar, mas que passou praticamente ao lado do país, sempre centrado na procura de respostas imediatas e superficiais, de receitas milagrosas!

A ANPC é uma nau de governação complexa e desafiante, sempre sob a ‘avaliação’ de muitos treinadores de bancada (é sempre fácil dar palpites, nessa situação). As nossas responsabilidades são muitas e diversificadas e em muitos aspetos perfeitamente desconhecidas ou ignoradas do público em geral. Muito de quem nela serve é avaliado publicamente – e injustamente – por porventura menos de 10% do que é a sua atividade anual.

Temos vindo a procurar dar mais visibilidade ao que são as nossas responsabilidades e o que é a nossa atividade diária. O novo site da ANPC, onde se encontram as respostas a muitas das questões que nos são colocadas diariamente, é a evidência dessa postura de transparência e de divulgação.

No momento em que razões de consciência me levam a dar por terminadas as minhas funções de Presidente da ANPC, quero aqui deixar lavrado a honra e o privilégio que foi para mim ter exercido tão desafiantes funções com as mulheres e os homens que comigo partilharam este caminho.

Termino com palavras que retirei do meu discurso de tomada de posse e que hoje entendo que se mantêm atuais:

A criação e assimilação de uma cultura de responsabilidade individual e coletiva é um primeiro passo essencial para que as atividades de Proteção Civil se possam vir a traduzir maioritariamente em planeamento, preparação e prontidão. É isso que certamente todos desejamos. A segurança e o bem-estar que justamente reclamamos, exigem também responsabilidades a cada um de nós. Porque...

**TODOS SOMOS PROTEÇÃO CIVIL!**

Até sempre.



**Francisco Grave Pereira**  
Presidente da ANPC

# TODOS somos Proteção Civil



*A Autoridade Nacional de Proteção Civil realizou de 5 a 8 de julho mais uma edição do Curso Geral de Proteção Civil para educadores e professores, desta vez em Montemor-o-Novo, distrito de Évora.*

Ao longo do curso, com a duração de 25 horas (1 crédito), são abordados conceitos gerais de Proteção Civil e os vários domínios de intervenção da proteção civil destacando-se alguns dos seus módulos: Riscos Coletivos e Vulnerabilidades, Medidas de Prevenção e Autoproteção, Comportamento Humano em Situações Extremas, Comunicação de Risco, Condições de Segurança em edifícios escolares.

Com esta iniciativa, a ANPC pretende responder às necessidades sentidas nas escolas quanto à informação e produção de conteúdos que apoiem as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores, no âmbito da prevenção, preparação e autoproteção face aos riscos coletivos, sempre com o objetivo de difundir conhecimentos práticos e regras de comportamento a adotar em caso de acidente grave ou catástrofe, simultaneamente contribuindo para promover e reforçar a resiliência das comunidades.

Ao mesmo tempo, as solicitações para que estas ações se desenvolvam descentralizadamente, em vários locais do país, leva a ANPC a fazer um esforço suplementar na sua organização, na certeza de que o curso vai ao encontro dos anseios do corpo docente das escolas, de todos os que têm funções de gestão, administração e segurança escolar.

Um agradecimento muito particular à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e à sua Presidente de Câmara, pela disponibilidade das instalações da autarquia a todos os professores que se interessaram e que investiram o seu tempo nesta “área do conhecimento” e que se espera, puderem constituir-se como verdadeiros embaixadores da proteção civil nas suas escolas!

As próximas edições do Curso vão realizar-se em Carnaxide, de 6 a 9 de setembro e no Porto, de 14 a 19 de outubro.



## Pedidos de parecer à ANPC Avisos POSEUR



No âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – PO-SEUR – Eixo Prioritário 2 – Promover a Adaptação às Alterações Climáticas e a Prevenção e Gestão de Riscos, abriram, a 17 de Maio de 2016, dois avisos para apresentação de candidaturas relativos a *Intervenções na Rede de Infraestruturas para Reforço da Operacionalidade* (3º Aviso – AVISO POSEUR -10-2016-50), e a *Aquisição de Veículos Operacionais de Proteção e Socorro* (1º Aviso – AVISO POSEUR - 10-2016-51).

Nos termos do regulamento do POSEUR, as candidaturas a apresentar pelas entidades beneficiárias (Administração Pública Central, Associações Humanitárias de Bombeiros e Autarquias Locais, enquanto entidades detentoras de Corpos de Bombeiros Profissionais) devem ser instruídas com parecer da ANPC, enquanto entidade competente para planear, coordenar e executar a política nacional de proteção civil. O parecer da ANPC integrava a avaliação da componente técnica, da adequação das ações previstas na operação candidata às políticas nacionais de proteção civil e da adequação de meios, equipamentos e infraestruturas, tendo em conta os riscos e as vulnerabilidades existentes.

A dotação financeira indicativa de Fundo de Coesão para o AVISO POSEUR 10-2016-50 foi de 7 milhões de euros e para o AVISO POSEUR 10-2016-51 foi de 5 milhões de euros, ambos com uma taxa máxima de cofinanciamento de 85% das despesas elegíveis.

Foram rececionados na ANPC 107 pedidos de parecer relativos ao AVISO POSEUR 10-2016-50 e 316 pedidos de parecer relativos ao AVISO POSEUR 10-2016-51,

**AVISO POSEUR** - *Intervenções na Rede de Infraestruturas para Reforço da Operacionalidade*

**Estimativa Orçamental** 35.378.255,82 €

**FAVORAVEIS:** 86

**DESFAVORAVEIS/NÃO ELEGIVEIS:** 21

**AVISO POSEUR** - *Aquisição de Veículos Operacionais de Proteção e Socorro*

**Estimativa Orçamental** 33.062.225 €

**FAVORAVEIS:** 206

**DESFAVORAVEIS/NÃO ELEGIVEIS:** 110

Durante 3 meses a Direção de Serviços de Gestão Técnica e Planeamento, quase em exclusivo, com a colaboração da Direção de Serviços de Regulação e Recenseamento dos Bombeiros, ambas da Direção Nacional de Bombeiros e da Direção de Serviços de Segurança Contra Incêndios em Edifícios, da Direção Nacional de Planeamento de Emergência, analisou os pedidos de parecer requeridos, tendo, assim, sido possível concluir com êxito a análise aos pareceres solicitados, dentro dos prazos extremamente limitados que foram definidos, permitindo que todas as entidades (Associações Humanitárias de Bombeiros/Corpos de Bombeiros e Municípios) interessadas se candidatassem aos Avisos publicados.

## Empresas do Setor público e Privado envolvidas na Redução do Risco de Catástrofe



No âmbito da Subcomissão da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes estão constituídos 6 grupos de trabalho (GT) para realizar as actividades preconizadas para o triénio 2015-2017. O GT 4 destina-se a operacionalizar o contributo que o setor privado, detentor da grande maioria das infraestruturas críticas em setores vitais para a sociedade, tem no aumento da resiliência dos serviços que prestam e das comunidades em que se inserem. O principal objetivo deste GT consiste na recolha e partilha de boas práticas, no âmbito da resiliência das infraestruturas das empresas que o integram, e a elaboração de um “Manual de Boas Práticas de Resiliência” para sistematização e divulgação geral de medidas e procedimentos preventivos de mitigação dos riscos naturais, tecnológicos e sociais a que aquelas infraestruturas possam estar expostas.

Este grupo é maioritariamente constituído por empresas do setor privado e empresarial do estado, designadamente a CGD, EDP, GALP, NOS, SONAE, Infraestruturas de Portugal, Águas de Portugal, Siemens, TAP, contando ainda com a DGAE, a Associação Portuguesa de Seguradores e a ANPC. Reúne periodicamente nas instalações das empresas que o integram, e em 6 de julho último realizou-se mais uma reunião, que decorreu nas instalações da SONAE, em Matosinhos. A realização destas reuniões facilita a recolha da informação necessária, bem como a sensibilização das próprias empresas, sendo de realçar a forma entusiástica e empenhada como estas têm participado nesta actividade, partilhando o seu know-how e experiência, para o cumprimento dos objetivos estabelecidos.



## Intervenções Preventivas e proativas das EAPS da ANPC

As Equipas de Apoio Psicossocial (EAPS) da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) definiram como objetivo para este verão, a realização de ações preventivas junto dos bombeiros que estão a combater os grandes incêndios florestais, a ter lugar nas Bases de Apoio Logístico. No entanto, em virtude das elevadas exigências operacionais a que foram sujeitos milhares de bombeiros, a Coordenação Nacional das EAPS determinou igualmente o desenvolvimento de intervenções proativas nos grandes incêndios florestais. Deste modo, as seis equipas territoriais das EAPS (que são de âmbito supradistrital) realizaram missões proativas durante o mês de agosto, que consistiram na identificação de necessidades de apoio psicossocial em emergência junto de Corpos de Bombeiros mais empenhados nos incêndios florestais ou que tiveram feridos em serviço operacional, bem como junto de alguns dos Postos de Comando Operacionais de incêndios de grande envergadura. Adicionalmente, foram realizadas consultadorias de gestão de recursos humanos a Comandantes de Corpos de Bombeiros, com vista a sugerir um conjunto de medidas que promovem a capacidade de gestão do stresse e de promoção da resiliência psicológica dos bombeiros que estão sob o seu comando.



A presença dos psicólogos e assistentes sociais, que são simultaneamente bombeiros, das EAPS da ANPC na área de apoios e serviços integrante da Zona de Concentração e Reserva dos teatros de operações, permite igualmente um aumento exponencial do grau de prontidão em caso de necessidade de prestação de apoio psicológico de emergência, tantos aos bombeiros, como aos seus familiares.

A realização destas intervenções proativas, a título experimental, decorrentes dos grandes incêndios florestais que assolam o nosso país este verão, permitem concluir a importância de ter equipas cuja missão se centra

única e exclusivamente na promoção da saúde física e psicológica dos bombeiros, particularmente num período de grandes exigências operacionais em que todos os esforços se centram no combate aos incêndios. Uma correta gestão do stresse, hidratação, alimentação e descanso dos bombeiros são fundamentais quer para o êxito das operações de socorro, quer para a prossecução da missão da Direção Nacional de Bombeiros de promover a segurança e saúde ocupacional destes operacionais.

## António Costa reúne no Comando Nacional da ANPC



António Costa deslocou-se a dia 9 de agosto à sede da Autoridade Nacional de Proteção Civil, acompanhado pela Ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa e pelo Secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes, onde se inteirou junto do Comando Nacional de Operações de Socorro sobre as principais dificuldades sentidas nos dias precedentes e as perspetivas de evolução dos cenários mais complexos. Depois da reunião realizada do Comando Nacional de Operações de Socorro e do briefing realizado pelo Comandante Operacional, José Manuel Moura, seguiu-se uma conferência de imprensa, onde anunciou que Portugal se encontrava a ponderar um pedido de ajuda internacional à União Europeia.

## Setúbal: Campeonatos Escolares 2016

O Pavilhão Municipal de Desportos de Santiago do Cacém acolheu, no dia 25 de junho, a última jornada de finais dos Campeonatos Nacionais Escolares 2016, no escalão de Iniciados, envolvendo 1200 alunos.

A competição, que resultou de uma parceria entre o Ministério da Educação, o Município de Santiago do Cacém e o Município de Sines, repartiu-se por nove locais distribuídos pelas cidades de Santiago do Cacém, Vila Nova de Santo André e Sines. Na entrega de prémios, o Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Álvaro Beijinha, congratulou-se com a realização da iniciativa nos dois municípios e salientou “a importância da aposta na juventude e no desporto”. A ocasião contou com a presença do Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, que destacou “a importância do desporto escolar para a integração dos alunos ao longo do ano letivo”.

O CDOS de Setúbal, os Corpos de Bombeiros destes dois municípios, assim como os serviços municipais de proteção civil, GNR, INEM e Autoridade Marítima, acompanharam todo o planeamento desta actividade, assim como o desenrolar da mesma, em estreita articulação com o Ministério da Educação.

## Porto: Recebe alunos do Curso Pós-Graduação de Emergência Trauma e Catástrofe



No mês de julho, o CDOS do Porto recebeu a visita de 27 enfermeiros acompanhados pelo respetivo professor orientador do Curso de Emergência, Trauma e Catástrofe da Escola Superior de Enfermagem de Santa Maria.

Os alunos assistiram a uma apresentação que lhes permitiu conhecer a estrutura, organização e funcionamento do sistema nacional de proteção civil.

Este encontro, proporcionou aos alunos um conhecimento mais amplo sobre as entidades envolvidas e procedimentos de atuação na prevenção e socorro às populações, nomeadamente em casos de iminência de catástrofe e ocorrência de acidente grave.

## Porto: Crianças de Valongo vigiam a floresta a cavalo



Decorreu a dia 12 de julho a cerimónia de assinatura do Protocolo de vigilância das matas entre a Câmara Municipal de Valongo e o Centro Hípico do mesmo concelho. O projeto conta com a participação de 12 crianças que, orientadas por um monitor, patrulham a cavalo a Serra de Santa Justa, até meados do mês de setembro. Duas vezes por dia, estas crianças, munidas de binóculos e telemóveis, vigiam esta extensa área florestal do concelho com o objetivo de, rapidamente, detetar incêndios florestais e alertar o CDOS Porto, via 117. A iniciativa conta ainda com a participação de Sapadores Florestais e outros meios coordenados pelo SMPC de Valongo.

Destaca-se a importância deste projeto pela posta na prevenção de incêndios florestais e também pela original metodologia utilizada na consciencialização e responsabilização de crianças no âmbito da proteção e defesa da nossa floresta.

## Viseu: Visita do Chefe do Estado Maior do Exército (CEME)



No dia 13 de agosto o CDOS de Viseu teve a honra de receber a visita do Chefe do Estado Maior do Exército General Rovisco Duarte.

Esta visita teve como objetivo conhecer as instalações, pessoal e o funcionamento do CDOS Viseu, bem como a visita aos Pelotões Militares que se encontravam em ação de vigilância e rescaldo no incêndio florestal de Couto de Baixo, em Viseu.

No final da visita mostrou-se muito agradado com as atividades desenvolvidas pelo CDOS e reiterou o empenhamento e colaboração total do Exército no apoio aos incêndios florestais no âmbito dos acordos de colaboração atualmente existentes.

## Faro: CDOS acolhe a vista das Escolas do Corpo de Bombeiros de Portimão



No dia 13 de agosto, 30 cadetes e infantis e 20 estagiários da carreira de bombeiros das Escolas do Corpo de Bombeiros de Portimão visitaram as instalações do Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Faro e a Base de Helicópteros em Serviço Permanente (BHSP) de Loulé.

Esta visita, inserida no âmbito dos planos de instrução que decorrem naquele Corpo de Bombeiros permitiu ter um contato com a organização da proteção civil no nível distrital, bem como os recursos materiais e equipamentos afetos ao CDOS de Faro/BHSP de Loulé.

## Agenda

### Dia 13 /10 às 13.10h Exercício Público de Cidadania "A Terra Treme"

A TERRA TREME é um exercício que pretende alertar e sensibilizar a população sobre como agir antes, durante e depois da ocorrência de um sismo. O exercício realiza-se este ano no dia 13 de outubro, às 10:13, e ajudará a população a conhecer e praticar os 3 gestos de proteção em caso de sismo.

### 26 de outubro de 2016, Lisboa 13ª Reunião Ministerial sobre Riscos Maiores

Esta reunião ministerial tem uma natureza política, com o objetivo estratégico de aprovar um plano de ação a médio prazo para o período 2016-2020, o qual irá servir de guia orientador para o trabalho desenvolvido pelo Acordo Parcial Aberto, operacionalizado através do (1) Comité dos Correspondentes Permanentes e dos (2) Centros Especializados Euro-Mediterrâneos (investigação técnico-científica).

Contará com a presença dos ministros homólogos ou representantes que integram este Acordo (25), bem como Entidades Internacionais com relevância nas matérias em análise.

A reunião será antecedida pela reunião do Comité dos Correspondentes Permanentes (dia 25) que aprovará os documentos que serão aprovados em sede da reunião ministerial.

### 13 de outubro, Nações Unidas Dia Internacional para a Redução de Catástrofes

Live to Tell, é o mote da campanha deste ano das nações Unidas, indo ao encontro das metas definidas no Quadro de Sendai – reduzir até 2033 as mortes, destruição e deslocamentos causados por desastres naturais.

O dia 13 de outubro foi instituído formalmente pelas Nações Unidas como “Dia Internacional para a Redução de Catástrofes”, sendo motivo para a realização de ações de sensibilização com o objectivo de alertar para a necessidade de adoptar comportamentos e políticas que contribuam para o aumento da resiliência, face à ocorrência de catástrofes. Para tal, são necessárias alianças fortes e ampla participação de toda a Sociedade Civil pois a resiliência e redução de riscos de desastres devem fazer parte do progresso e das estratégias para alcançar o desenvolvimento.

### 14 a 19 de outubro, Porto Curso Geral de Proteção Civil

A 10.ª edição do Curso Geral de Proteção Civil decorre entre 14 e 19 de outubro, no Comando Distrital de Operações de Socorro do Porto (CDOS Porto), em regime horário pós-laboral.

O Curso Geral de Proteção Civil tem como destinatários os educadores de infância e os professores dos ensinos básico e secundário. Insere-se no âmbito das políticas públicas de educação para o risco que a ANPC tem vindo a promover ao longo do tempo.

Durante o curso serão abordados diversos temas, nomeadamente sobre Proteção Civil, Riscos Coletivos e Vulnerabilidades, Medidas de Prevenção e Autoproteção, Comportamento Humano em Situações Extremas, Comunicação de Risco, além de realizado um atelier sobre Projetos/Atividades Escolares.



# Madeira - Força Conjunta de apoio ao combate aos incêndios



*No contexto dos incêndios florestais que atingiram fortemente a ilha da Madeira no início do mês de agosto, foi organizada pelo Comando Nacional de Operações de Socorro da ANPC uma Força Operacional Conjunta de apoio e reforço às operações de combate que decorriam na região. A descrição quase factual de como tudo foi despoletado e organizado, é-nos trazida por quem liderou a Força, refletindo no seu discurso o espírito verdadeiramente solidário, de interajuda entre serviços e entidades ao longo da missão e a demonstração de que não há barreiras geográficas, nem políticas, quando está em causa o valor primeiro da proteção civil, a salvaguarda da vida dos nossos concidadãos em contexto de acidente grave e catástrofe.*

Entre os dias 09 e 14 de agosto de 2016, esteve mobilizada uma Força Operacional Conjunta (FOCON) de apoio ao combate aos incêndios.

Desde o dia 5 de agosto que a Madeira estava sob aviso laranja de tempo quente, com previsão de temperaturas altas, vento moderado e humidade muito baixa, tanto ao nível das regiões montanhosas, como na costa norte-sul da ilha da Madeira.

Na tarde de dia 8 de agosto por volta das 15h30 deflagrou um incêndio na freguesia de S. Roque no Funchal, numa zona urbano-florestal que, associado aos ventos fortes que se faziam sentir e se prolongaram durante toda o dia e noite, foi passando "de lombo em lombo", de este para oeste e de oeste para este, não sendo possível um combate eficaz, procurando-se central o combate na proteção das habitações e das pessoas.

A tarde de 9 de agosto foi muito difícil no Teatro de Operações (TO) do Funchal, porque o vento projetou material incandescente para a cidade. Também na tarde de 09 de agosto, no TO da Calheta, outro incêndio surgiu

com uma violência bastante grande, tendo sido equacionado e efetivado pelo Governo da Região Autónoma da Madeira (RAM) a solicitação do apoio de meios do continente e aceitar os meios entretanto disponibilizados pela Região Autónoma dos Açores.

É perante este cenário que surge a resposta do Governo Português à solicitação do Governo da RAM, solicitando meios de reforço no combate aos incêndios, tendo o Primeiro Ministro decidido enviar uma Força Operacional Conjunta (FOCON), acometendo esta responsabilidade à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), numa orientação oficialmente transmitida às 19 horas de dia 9 de agosto e publicamente anunciado pelo próprio em conferência de Imprensa realizada na sede da ANPC, em Carnaxide.

A ANPC, através do seu Comando Operacional Nacional de Operações de Socorro (CNOS), iniciou de imediato o processo de geração da força, e foi organizada uma FOCON composta por elementos do Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB), Guarda Nacional Republica-



na (GNR), Estutura Operacional da ANPC (EO/ANPC), através do Agrupamento Operacional Sul foram mobilizados Corpos de Bombeiros Voluntários (CBV), Força Especial de Bombeiros (FEB), e Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), num total de 124 elementos, tendo sido o Comando da FOCON assegurado pelo 2º Comandante Operacional Nacional, Coronel de Artilharia Joaquim Manuel de Almeida Moura (signatário). A missão teve como grande objetivo apoiar os esforços de extinção dos incêndios nesta ilha, e colaborar na avaliação das condições de habitabilidade das zonas urbanas mais afetadas da cidade do Funchal, incluindo algumas instalações hospitalares, e teve como tempo de intervenção o período compreendido entre as 19 horas de dia 9 de agosto e as 10:45 de dia 14 de agosto.

A mobilização dos elementos e equipamentos integrantes da FOCON visava a concentração na Base Aérea do Montijo da Força Aérea Portuguesa (FAP) a partir das 21:30 de dia 9 de agosto, quando avançaram os primeiros 40 elementos da FOCON projetados para a Madeira, em voo C-295, com partida já de madrugada do dia seguinte. Este primeiro grupo foi posteriormente secundado por mais 84 elementos, distribuídos em três aeronaves C-295 durante a madrugada e manhã do dia 10 de agosto, transporte esse que inclui sempre a avaliação dos aspetos e procedimentos inerentes a uma missão nacional, incluindo a verificação dos pesos e paletização para transporte aéreo dos respetivos equipamentos e bagagem individual. O transporte da FOCON para a Madeira foi efetuado assim em 4 aeronaves C-295 da FAP, e toda a FOCON estava em solo da Madeira às 13h de dia 10 de agosto. A preceder a partida da FOCON, o Presidente da ANPC, Major-General Francisco Grave Pereira, apresentou os cumprimentos, acompanhado pelo Comandante Operacional Nacional, José Manuel Moura, no hangar da base Aérea do Montijo.

À chegada e após desembarque na placa do aeroporto do Funchal dos primeiros 40 elementos da FOCON, aguardava-nos o Presidente do Conselho Diretivo do Serviço Regional de Proteção Civil da RAM (SRPC-RAM), Coronel Luís Manuel Guerra Néri, e a prioridade, logo após a chegada, foi o desembarque do pessoal e material da aeronave, embarque nas viaturas militares com destino ao Regimento de Guarnição n.º 3 (RG3) desta primeira parte da FOCON (39 elementos) para instalação e preparação para a primeira missão do dia; o Comandante da FOCON deslocou-se ao Comando Regional de Operações de Socorro da Madeira (CROS/Madeira), a onde pelas 5h recebeu um briefing da situação e uma primeira visão geral da missão a atribuir à FOCON a curto prazo.

Neste sentido, e no que à situação no terreno dizia respeito, à data da chegada da FOCON, foram identificados pelo CROS/Madeira, 3 grandes áreas de preocupação a nível de incêndios, e para os quais iria ser necessário empenhar a Força, a saber:

- Incêndio em interface urbano-florestal na zona da Camacha - Santa Cruz (onde fica o aeroporto), mais conhecido como a zona do Bar21, com cenário de pessoas ameaçadas;
- Incêndio em interface urbano-florestal na zona do estádio do Nacional, na região do Transval, na localidade do miradouro de São João Latrão (muito perto do estádio do Nacional), logo acima da franja urbana da cidade do Funchal, também com um cenário de populações ameaçadas;
- Incêndio florestal na Calheta, localidade dos Prazeres, sem populações ameaçadas de momento, mas com grande potencial para o serem e destruir uma grande mancha florestal de Laurissilva, formação florestal tropical da Madeira, considerada património mundial pela UNESCO..





Foi neste contexto e face à grandeza do desafio e da missão, que consistia dar resposta rápida e pronta à comunidade madeirense num cenário difícil e constrangedor, que nos vimos envolvidos e prontos a dar o nosso melhor. A FOCON pôs mãos à obra, e em estreita coordenação com o CROS/Madeira e articulada com outras equipas de Bombeiros da RAM já a operar nos TO's, conseguiu-se extinguir os principais 3 incêndios que afetavam esta ilha, bem como reconhecer as condições de habitabilidade de duas instalações hospitalares (Hospital Marmeleiro e Hospital Dr. João de Almada) e de várias zonas habitacionais do Funchal fortemente afetadas pelos incêndios, num curto espaço de tempo, num trabalho de grande intensidade e que se estendeu até dia 12 de agosto.

A necessidade de trabalhar num TO de muito difícil orografia, com recursos limitados (e sem quaisquer apoios de meios aéreos de combate), e integrar a nossa FOCON no esforço em curso pelas entidades primariamente responsáveis pela proteção e socorro regionais, não foram fatores impeditivos de um desempenho relevante no cumprimento da nossa missão.

No dia 13 de agosto, já num cenário de maior acalmia, recebemos a visita do Presidente do Governo da RAM e sua comitiva, aos elementos da FOCON presentes no Posto de Comando Operacional (PCO) da Calheta, onde apresentou os seus cumprimentos e agradeceu toda a ajuda prestada. Seguidamente demos início do planeamento da retração da Força.

A FOCON mobilizada para apoiar as operações de combate aos incêndios da Madeira regressou no dia 14 de agosto ao aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa (Figo Maduro - AT1), (pelas 19 horas), a bordo de dois

meios aéreos da FAP, um C295 e um C130.

A cerimónia de receção com formatura no hangar junto à placa, contou com a presença da Secretária de Estado Adjunta do Ministério da Administração Interna, Isabel Oneto, e demais comitiva acompanhante - Presidente da ANPC, Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, Diretor Nacional de Bombeiros, Presidente do INEM, e demais entidades civis e militares - que saudou a forma profissional e competente com que os operacionais envolvidos desempenharam esta missão.

Terminada a Missão, sentimo-nos privilegiados por termos feito parte da solução e não do problema, e em particular, representar de forma condigna a ANPC e os vários Agentes de Proteção Civil. Apesar de nos termos encontrado pela primeira vez todos para esta missão, dificilmente se poderia ter encontrado melhor equipa e foi uma honra poder comandar esta força única!

Agradeço a todos os que me acompanharam, no terreno e na retaguarda, neste período de emergência que a Ilha da Madeira atravessou, pelo espírito de missão e profissionalismo revelados.

Perante o cenário extremamente complicado que encontramos à nossa chegada a esta Ilha, e ter visto o agradecimento sentido daqueles que auxiliámos na Madeira à nossa saída, com um cenário completamente diferente do que encontrámos, podemos sentir orgulho em dizer que fizemos parte de um grupo solidariamente responsável, humilde, e que regressou ao continente com a Missão Cumprida.

Bem hajam, meus bravos e minhas bravas!

*Coronel Joaquim Moura - 2º Comandante Operacional Nacional (ANPC)*



“ O Dispositivo de Proteção e Socorro existente no território nacional deve ter a possibilidade de ser projetado para cada uma das suas parcelas quando a situação e o evento assim o determinarem.

Nesta situação em particular, a situação meteorológica extrema que se estava a viver na ilha da Madeira desde o dia 05 de agosto, estava a ser monitorizada e o Dispositivo de Resposta Operacional Regional para além de ter os meios em prontidão, tinha também as equipas do Plano Operacional de Combate a Incêndios Florestais a efetuar o seu trabalho de vigilância, reconhecimento e 1ª intervenção, utilizando as 13 equipas definidas no referido Plano.

No entanto o incêndio que teve início por volta das 15h15 de dia 8 de agosto, numa zona nitidamente urbana e florestal, em freguesias das zonas altas do Funchal, rapidamente progrediu em várias direções e com grande intensidade não sendo possível o seu domínio antes de dia 10. Quando no início da tarde de dia 9 houve a percepção de que os meios do dispositivo regional não eram suficientes face ao surgimento de outro teatro de operações na zona oeste da ilha – Calheta, foi solicitado pelo Sr. Presidente do Governo Regional ao Sr. Primeiro Ministro, o reforço de meios com competências para ao meio florestal e urbano-florestal, tendo-se desencadeado todo o processo de organização da FOCON, a partir do Comando Nacional da ANPC.

Feita esta breve introdução devo sublinhar as seguintes ideias:

- Foi muito importante a disponibilização do contingente da FOCON, mais ainda numa altura em que o espaço continental estava com incêndios de dimensões consideráveis;



- A fácil integração no esforço do combate aos incêndios em teatros de operações muito diferentes, mas bastante agressivos qualquer um deles;
- Adequada coordenação quer ao nível do Comando das Operações, quer ao nível da manobra com os corpos de bombeiros locais;
- Logística sempre garantida, com meios de apoio ao contingente sempre disponíveis através da componente militar;
- Importante o acompanhamento por parte do INEM, com o apoio das Ambulâncias no teatro de operações ;
- Integração do comandante da FOCON nos briefings que foram sendo realizados aos vários níveis;
- Trabalho conjunto nas salas de operações do Comando Regional de Operações de Socorro e da FOCON, permitindo um acompanhamento da situação de uma forma global;
- Características da FOCON perfeitamente em consonância com as exigências e requisitos face aos cenários vividos nos teatros de operações., especialmente no florestal;
- Interação permanente nos Postos de Comando fazendo com que o trabalho pudesse ter sido mais fácil e compreendido por todos".

Da parte do SRPC, de todos os operacionais da Madeira e da população em geral, o nosso muito obrigado pela competência, dedicação e espírito de bem servir.

*Coronel Luís Neri - Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil (Madeira)*



# CUIDAR - Culturas de Resiliência à Catástrofe entre Jovens



*Entender as perceções de risco, necessidades e capacidades de crianças e jovens em contexto de catástrofe urbana e agilizar a sua comunicação com os profissionais de proteção civil e outros decisores políticos a nível local e nacional é o principal objetivo do projeto CUIDAR Culturas de Resiliência à Catástrofe entre Crianças e Jovens, em curso no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.*

## O projeto

CUIDAR Culturas de Resiliência à Catástrofe entre Crianças e Jovens é um projeto financiado pela Comissão Europeia através do programa Horizonte 2020. É coordenado por uma equipa de investigação da Universidade de Lancaster, liderada por Maggie Mort, e desenvolvido em parceria com outras instituições de vários pontos da Europa: Espanha (Universidade Aberta da Catalunha), Grécia (Universidade de Thessaly), Reino Unido (a organização não governamental Save the Children), Itália (Save the Children Itália) e Portugal (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa). A equipa portuguesa é composta por Ana Delicado, Ana Nunes de Almeida, Luísa Schmidt, Jussara Rowland, Sofia Ribeiro e Susana Fonseca.

O projeto teve início em Julho de 2015 e tem a duração de três anos. Os objetivos do projeto CUIDAR são:

- Compreender melhor a perceção de risco, as necessidades e as capacidades das crianças e jovens nas sociedades urbanas em relação às catástrofes.
- Fortalecer a compreensão das crianças e jovens em relação às emergências e às ações que podem desenvolver para se prepararem, para prepararem as suas famílias e as suas comunidades.
- Aumentar a sensibilização e o conhecimento sobre as

necessidades das crianças e jovens em situações de catástrofe entre os profissionais de resposta a emergências e entre os decisores políticos.

- Estimular uma comunicação mais eficaz entre os profissionais de resposta a emergências e as crianças e jovens em contexto urbano.
- Melhorar a estrutura de gestão de catástrofes, as políticas e as práticas, de forma a integrar as necessidades particulares das crianças e jovens quando envolvidas em situações de catástrofes urbanas.

## Metodologia

O projeto CUIDAR está dividido em sete tarefas (work packages). Para além das tarefas de administração e disseminação (esta última coordenada pela equipa portuguesa), as cinco tarefas operativas, interligadas, mas que se sucedem no tempo, consistem em:

- Recolha e análise de informação sobre investigação e políticas e práticas de gestão de catástrofes em relação a crianças e jovens.
- Workshops com crianças e jovens para compreender a sua perceção de risco, fortalecer a sua resiliência e capacitá-los para comunicar aos profissionais de resposta a emergência as suas perceções, prioridades e necessidades em situações de catástrofe.

- Exercícios de aprendizagem mútua com as crianças e jovens e os profissionais de resposta a emergências, com o intuito de sensibilizar e influenciar as políticas e os planos locais sobre catástrofes, para que incluam as necessidades e as capacidades das crianças e jovens.
- Sensibilização e comunicação fazendo uso do diálogo, a nível nacional, com os decisores políticos, de forma a comunicar as necessidades, prioridades e capacidades das crianças e jovens em situações de catástrofe e influenciar as políticas e a prática. Fomentar igualmente o diálogo ao nível europeu, para partilhar as experiências e as iniciativas de cada país.
- Desenvolver uma Estratégia Europeia para o envolvimento das crianças e jovens em situações de catástrofe.

### O que já foi feito até agora

Transcorrido um ano do início do projeto, está terminada a primeira tarefa, de recolha e análise de informação, e está em curso a segunda, de workshops com crianças e jovens.

Com base em análise documental e entrevistas exploratórias, entre as quais se incluem entrevistas a responsáveis da Autoridade Nacional de Proteção Civil e dos serviços municipais de Proteção Civil, foi feito um levantamento das iniciativas direcionadas para crianças e jovens no âmbito da gestão de risco de catástrofes, bem como da literatura académica produzida nesta área. Este levantamento teve como objetivo clarificar qual o grau de participação de crianças e jovens neste domínio que tipo de papel lhes é atribuído nestas políticas e programas, que entidades concebem planos de prevenção e resposta em contexto de catástrofe nos diferentes países que integram o projeto e de que forma estes programas têm em conta várias perspetivas culturais e sociais.

Comparativamente com outros países europeus, Portugal tem um menor historial recente de catástrofes de grande impacto na vida das crianças e jovens; não obstante, existe bastante trabalho nesta área, sobretudo a nível da educação para o risco, estando a maioria dos programas direcionados para crianças e jovens sob a alçada de instituições públicas, a nível nacional, distrital e municipal. Apesar da multiplicidade de ações, é reconhecida a falta de participação das crianças e jovens no desenho destes programas e iniciativas, mas a carência de recursos e o elevado formalismo da educação para o risco dificulta a mudança nesta área. A partir deste trabalho de levantamento foi produzido um relatório internacional comparativo, já disponível no website do projeto (<http://www.lancaster.ac.uk/cuidar/pt>).

A segunda fase do projeto consiste na realização de workshops participativos realizados com crianças e jovens, que têm como objetivo geral captar as perceções de risco dos intervenientes, fortalecendo a sua resiliência e capacitando-os para comunicar aos profissionais de resposta a emergência as suas prioridades e necessidades em situações de catástrofe. Em Portugal, estes workshops abordam especificamente os riscos de catástrofes asso-

ciadas às alterações climáticas, trabalhando os eventos climatológicos cujo impacto, atual e futuro, se espera ser maior em Portugal e para os quais é necessário desenvolver medidas de adaptação e de criação de resiliência.

Os workshops dirigem-se a alunos do 4º e 9º anos de escolaridade, são compostos por sessões de duas horas, e são dinamizados em contexto escolar pelos membros da equipa do CUIDAR. Os workshops são participativos e têm uma natureza consultiva, não assumindo por isso um caráter pedagógico ou prescritivo. O objetivo é incentivar as crianças e jovens a pensar sobre as temáticas propostas e levá-las a refletir sobre de que forma elas e/ou outros membros da comunidade podem contribuir para a redução de risco de catástrofe no contexto de adaptação às alterações climáticas.

O piloto dos referidos workshops teve lugar entre abril e junho de 2016, num agrupamento de escolas da região de Lisboa, com duas turmas do 4º ano e duas turmas do 9º ano. Em ambos os níveis as crianças e jovens demonstraram bom conhecimento sobre a problemática das catástrofes e das alterações climáticas. As turmas do 4º ano distinguiram-se pela criatividade das propostas e dos materiais comunicacionais produzidos. No final dos workshops as turmas do 4º ano realizaram uma apresentação pública dos seus materiais à comunidade escolar, onde estiveram presentes dois membros da Proteção Civil da zona da grande Lisboa, que responderam a questões colocadas pelas crianças.

### O que irá ser feito no próximo ano

A partir de outubro de 2016 serão realizados os workshops participativos em três municípios do país, complementados por exercícios de aprendizagem mútua, onde as crianças e jovens terão oportunidade efetiva de dialogar com membros da proteção civil e outros decisores políticos com responsabilidades na área da gestão de catástrofes.

A primeira das localidades onde terão lugar os workshops é Albufeira, um concelho exposto a uma multiplicidade de riscos associados aos impactos das alterações climáticas: inundações, queda de arribas, ondas de calor, incêndios florestais. Tiveram já início as reuniões preparatórias e foi aprovada em reunião de Câmara a colaboração da autarquia e respetivos serviços municipais de proteção civil com o projeto. As restantes duas localidades estão, no momento da escrita deste artigo, ainda a ser selecionadas.

Prevê-se para o final da primavera de 2017 a realização em Lisboa de um evento nacional, dirigido a stakeholders, no qual serão apresentados e discutidos os resultados dos workshops e dos exercícios de aprendizagem mútua locais.

Ana Delicado, Sofia Ribeiro e Jussara Rowland  
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

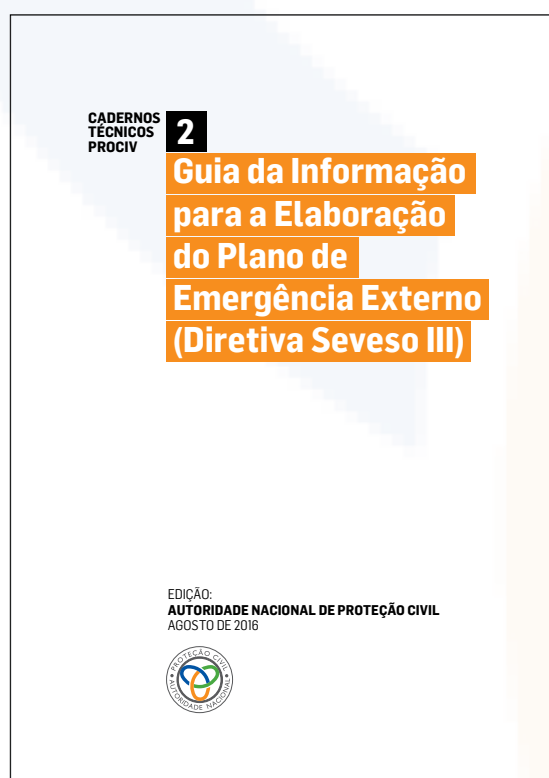
*"Melhorar a estrutura de gestão de catástrofes, as políticas e as práticas, de forma a integrar as necessidades particulares das crianças e jovens quando envolvidas em situações de catástrofes urbanas."*

# NOVAS EDIÇÕES ANPC

## Documentos orientadores - Decreto-Lei nº 150/2015 de 5 de Agosto (Diretiva “Seveso III”)

O Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e da limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, denominada Diretiva “Seveso III” e revogando o Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de Julho.

Tendo em conta as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 150/2015 e as boas práticas identificadas, a Direção Nacional de Planeamento de Emergência da ANPC reviu e atualizou um conjunto de guias de orientação, com o objectivo de apoiar os operadores dos estabelecimentos abrangidos no cumprimento do referido diploma, publicando no seu sítio na internet na área de Edições.



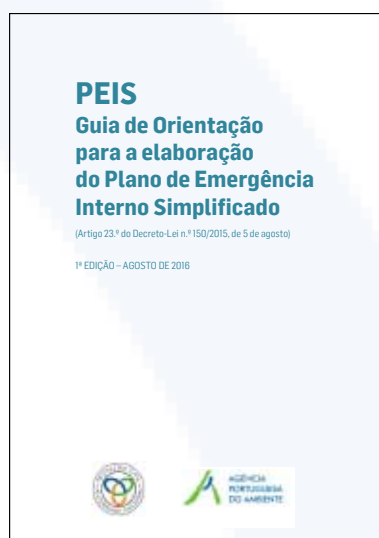
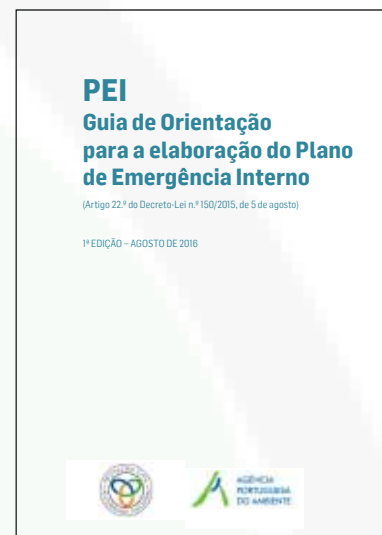
### Guia da Informação para a Elaboração do Plano de Emergência Externo (Diretiva “Seveso III”)

O Caderno Técnico PROCIV #2 é um guia com orientações sobre o documento que os operadores dos estabelecimentos de nível superior devem fornecer à ANPC, contendo as informações necessárias à elaboração do plano de emergência externo sobre o seu estabelecimento, nomeadamente quanto aos riscos de acidente químico grave e a interligação com o plano de emergência externo, tais como acordos de ajuda existentes e mecanismos de alerta e aviso.



## Guia de Orientação para a elaboração do Plano de Emergência Interno Simplificado

Documento que pretende apoiar os operadores de estabelecimentos de nível inferior na elaboração do plano de emergência interno simplificado.



## Guia de Orientação para a elaboração do Plano de Emergência Interno

Documento que pretende apoiar os operadores de estabelecimentos de nível superior na elaboração do plano de emergência interno.

## NOTA

O Decreto-Lei nº 150/2015 destina-se a reduzir o risco de ocorrência de acidentes químicos graves, decorrentes fenómenos perigosos de origem térmica, mecânica e química com origem em estabelecimentos em que se armazenam, fabricam e/ou manipulam grandes quantidades de substâncias perigosas. Atualmente contam-se cerca de 170 estabelecimentos abrangidos pela Diretiva “Seveso III” em Portugal, aproximadamente 60 dos quais de nível superior. Estes distribuem-se por instalações da indústria química, petroquímica, petrolífera, de combustíveis líquidos e gasosos, de explosivos, de adubos químicos, de herbicidas e pesticidas para a agricultura, de indústrias que utilizam produtos químicos como matéria-prima ou reagente, entre outras. Entre outros instrumentos de controlo do risco, o citado diploma prevê a elaboração e treino de planos de emergência, internos, da responsabilidade do operador do estabelecimento e, no caso dos estabelecimentos de nível superior, também de planos de emergência externos, da responsabilidade da câmara municipal.

# EXERCÍCIO PÚBLICO NACIONAL

prepare-se e treine as medidas  
de auto proteção em caso de sismo

2016 13 OUTUBRO  
10h13  
A TERRA  
ATREME



BAIXAR



PROTEGER



AGUARDAR

